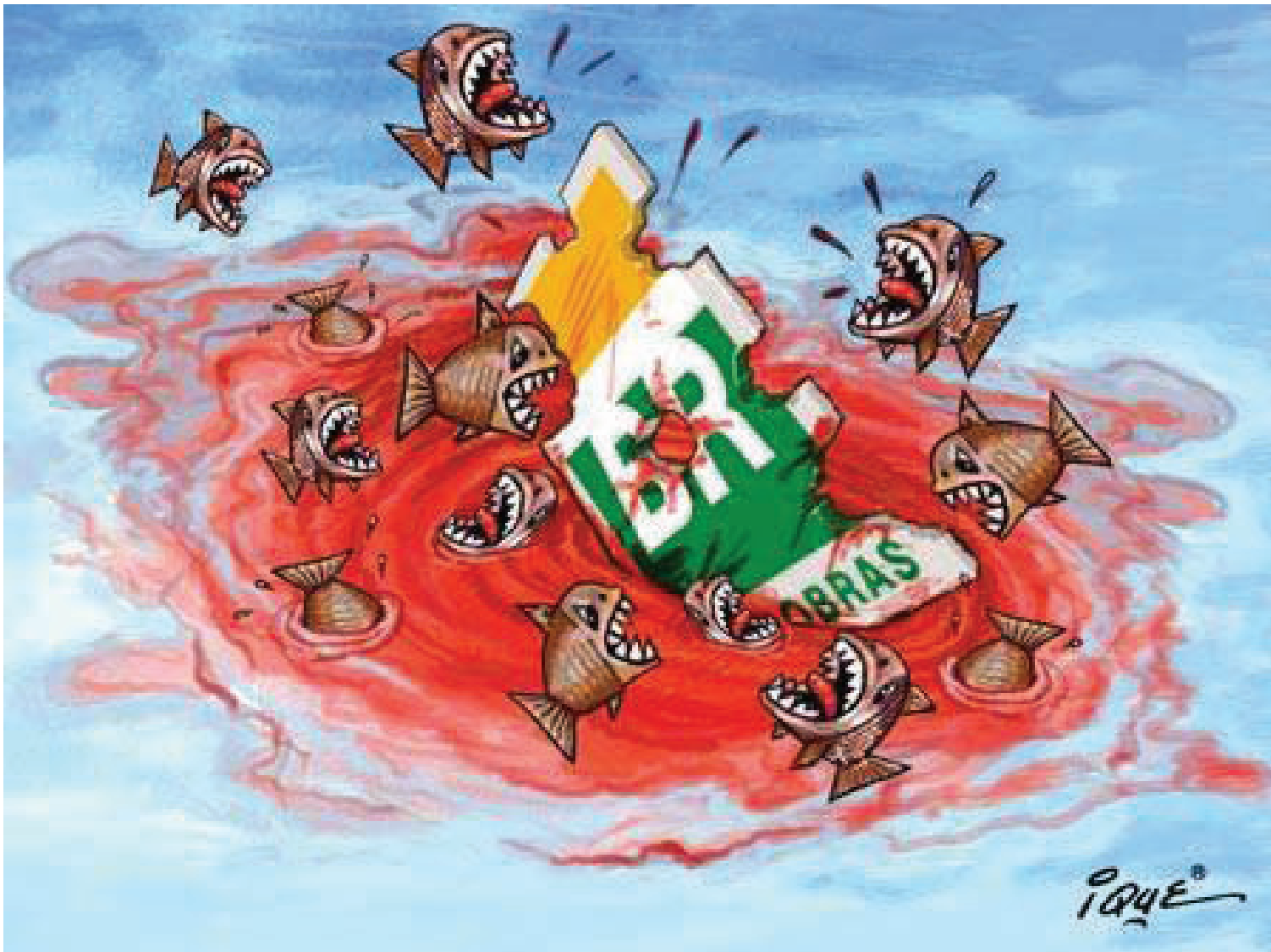


Por onde sangra a Petrobrás



A política econômica do governo queimou cerca de R\$ 1 trilhão de receitas da Petrobrás em sete anos e não há previsão para o fim do sacrifício do fluxo de caixa da maior empresa do Brasil.

2 Sinedino vence eleição do C.A da Petrobrás

3 Siqueira mostra o que está por trás da exploração do gás de xisto

6 Para Brandão, conselheiro da Petros, diretoria deve explicar investimento no Grupo Galileo

8 Faixa Livre estréia na Rádio Livre

Editorial

A Petrobrás não está agonizante como alguns analistas teimam em diagnosticar. Mas sangra. Sofre severamente com o estrangulamento do seu caixa. O Governo Federal mantém o controle inflacionário através do congelamento dos preços de combustíveis. Com isto, o governo está drenando o caixa da companhia para os cofres das distribuidoras que se beneficiam diretamente com a política do governo.

A galinha dos ovos de ouro

Ao mesmo tempo, a Petrobrás tem que manter um plano de investimentos da ordem de US\$ 230 bilhões de 2013 a 2017, precisando com isto desinvestir de forma açodada. Diversas áreas de produção que poderiam ser mantidas ainda com perspectivas excelentes estão sendo vendidas na bacia das almas. Tais medidas estão dificultando o dia a dia da companhia, que chegou a níveis elevados de alavancagem.

O Governo Federal pode e deve exercer seu papel de principal controlador da Petrobrás. Mas não pode com isto matar a galinha dos ovos de ouro. Até por que a veia do xisto não parece ser uma alternativa viável e socialmente sustentável.

A AEPET se orgulha de ter conquistado através de seu presidente – Silvio Sinedino – mais um mandato de representação dos trabalhadores no

Conselho de Administração da Petrobrás. Parece que ele vai ter muito trabalho por lá •



Silvio Sinedino vence a eleição para o CA da Petrobrás

O presidente da AEPET, Silvio Sinedino, venceu a disputa contra o atual Conselheiro da Petrobrás, José Maria Rangel, da FUP. Apoiado pela AEPET, pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), pela AMBEP e pela FENASPE, Sinedino defende uma postura independente do conselheiro eleito pelos trabalhadores em relação ao governo e à Petrobrás.

Ao final da disputa, Silvio Sinedino cumprimentou José Maria Rangel. Para o presidente da AEPET, a vitória é um marco da autonomia dos petroleiros. “Os petroleiros escolheram a independência de sua representação em relação à direção da Petrobrás e ao governo. Refirmo, com essa vitória, nosso compromisso histórico de defender a Petrobrás 100% estatal e pública e também de total apoio à campanha “O Petróleo tem que ser nosso”, garante.

Segundo o diretor de comunicação da AEPET, Ronaldo Tedesco, a diferença entre os dois candidatos foi de apenas 115 votos demonstrando que a



Sinedino foi eleito para o segundo mandato à frente do C. A da Petrobrás

categoria está dividida. Sinedino obteve 7.687 votos contra 7.572 dados a Rangel. “Existe ainda uma série de companheiros que mantém ilusões de que uma atuação vinculada ao governo seja benéfica aos trabalhadores. Esta linha de pensamento norteia as ações da FUP,

que mantém ligações com o governo e com as gerências da Petrobrás. Como poderia ser coerente na defesa dos interesses dos petroleiros? Mas aos poucos esta situação está sendo modificada pela postura das lideranças combativas, que mantém sua independência e auto-

nomia diante de governos e patrões”, avalia Tedesco.

Sinedino disse também que vai retomar as investigações sobre o episódio de Pasadena que, segundo ele, foi abandonada pelo representante da FUP. “Vou acompanhar as investigações do Ministério Público e do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a refinaria de Pasadena e cobrar soluções. O papel de fiscalização das ações do conselho de administração vai voltar a ser exercido com independência.”, afirma.

O conselheiro eleito pelos empregados, pretende construir um mandato coletivo em que todos os trabalhadores poderão participar, sugerir e verificar a realização de seus compromissos de campanha. “Vou manter um fórum permanente de acompanhamento e aconselhamento do mandato, prestando contas de nossas ações periodicamente. Este foi o ponto fraco de meu mandato anterior. Com isto, pretendo aliar transparência e democracia participativa para fortalecer ainda mais a combatividade, que é a nossa marca”, afirma Sinedino •

Expediente

Presidente:

Silvio Sinedino

Vice-Presidente:

Fernando Siqueira

Diretor Administrativo:

Henrique Sotoma

Vice-Diretor Administrativo:

Pedro Francisco de Castilho

Diretor de Comunicações:

Ronaldo Tedesco

Vice-Diretor de Comunicações:

Paulo Sérgio Decnop Coelho

Diretor de Assuntos Jurídicos:

Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Ass. Jurídicos:

Carlos Roberto dos S. Caldeira

Diretor de Pessoal:

Francisco Soriano de Souza Nunes

Vice-Diretor de Pessoal:

Raul Tadeu Bergman

Diretor Cultural:

Rogério Loureiro Antunes

Vice-Diretor Cultural:

Francisco Isnard Barrocas

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney

Granja Afonso, Ricardo Latgé de Azevedo

Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O.

Martins, Clóvis C. Rossi

Núcleo

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus

Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão

Aepet-Macacé: José Carlos L. de Almeida

Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro

Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto

Espirito Santo: Paulo W. Magalhães

S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz

Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho

Pernambuco: Adelson José Leão Brasil

Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Editor e Jornalista Responsável:

Julio César Lobo - 19894

Colaboradores: José Luiz Sombra e Hélio Lopes

Reportagem: Julio César Lobo

Projeto Gráfico:

Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Gás de XISTO: solução ou problema?

Fernando Siqueira

Cerca de 240 lotes de reservas de gás convencional e não convencional foram leiloados, nos últimos dias 28 e 29 de novembro. O gás convencional chamado impropriamente de gás de xisto (na verdade, chama-se folhelho), atualmente muito explorado nos Estados Unidos, que buscam alternativas internas e no mundo para preservar as suas reservas de petróleo. O que o Brasil pretende com isso? Desenvolver mais tecnologia nessa área? Impactar mais ainda o caixa da Petrobras, que vem sendo usado para cumprir política monetária e fiscal do governo? É necessário entrar nessa corrida com as reservas de gás convencional que se possui? A Petrobrás acabou ficando com a maior parte dos lotes. Apenas 70 foram arrematados, porque, afinal, quem iria arcar com os custos da transmissão, entre outros? No entanto, o mais importante ponto do processo são as consequências dessa exploração.

O folhelho é um tipo de rocha, cujas características de permeabilidade são piores do que as demais, o que exige um processo especial de produção, o chamado fraturamento hidráulico — jatos d'água, areia e produtos químicos em alta pressão.

As instituições ambientalistas, oficiais e não oficiais, devem ser protagonistas nesse cenário em que a exploração é mais danosa ao meio ambiente do que a das reservas fósseis. Ficou claro para todos que o



O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, alertou a falta de segurança ambiental na exploração do gás de xisto.

processo de exploração do gás de xisto é de alto risco para a preservação ambiental por vários motivos:

1. *A produção exige o fraturamento da rocha por injeção de água com um coquetel de aditivos químicos altamente agressivos ao meio ambiente.*

2. *A pressão de fraturamento supera 10.000 psi (libras por polegada quadrada), daí não se ter controle do fraturamento, o que põe em risco a segurança ambiental, visto que, tanto o gás produzido quanto a água que já estão contaminados podem vazarem para o terreno, lençóis subterrâneos de água ou rios próximos.*

3. *As principais reservas do Brasil estão sob os grandes aquíferos, como o Guarani, o maior do mundo; Alter do Chão, na Amazônia; e outros sítios.*

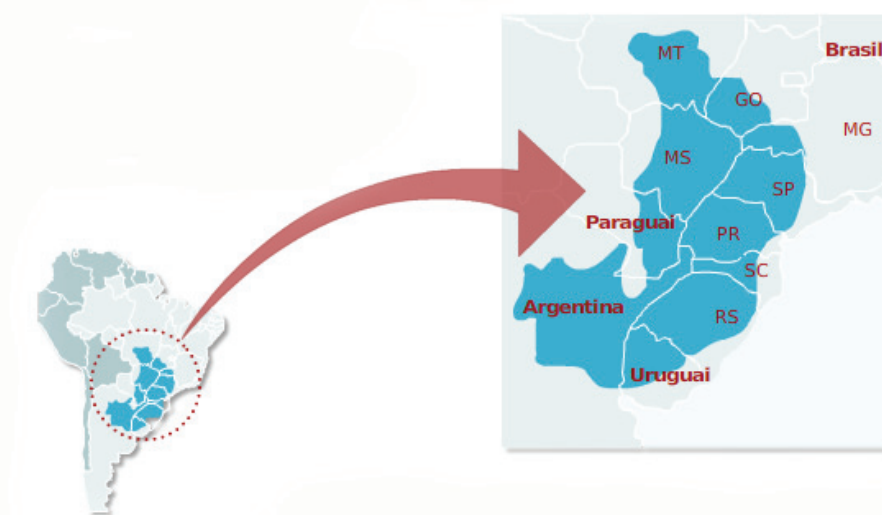
4. *A viabilidade ambiental do projeto será definida pelo próprio produtor, o que eleva ainda mais o risco de poluição ambiental, porque há um conflito claro de interesses.*

Como o processo de perfuração é vertical e horizontal, através de explosões que liberam gás desse tipo de rocha, a contaminação das águas será um fato e corre-se o risco de se abrir a torneira de casa e termos água com metano. A população indígena da região e os peixes também sofrerão com esse processo, em função dos produtos químicos e óleo liberados. Pelos riscos que apresenta, esse processo está proibido em vários países, particularmente na Europa.

O que está acontecendo hoje em dia é que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) adota a política do fato consumado: realiza o leilão e discute depois. O Ibama foi surpreendido com esse leilão. Nos Estados Unidos, há 40% dos casos de contaminação do lençol freático.

Só restou o Ministério Público que, depois de tentar um acordo com a ANP para suspender o leilão e promover ampla discussão com a sociedade sobre sua conveniência, decidiu entrar com uma Ação Civil Pública. Dada a gravidade do problema, esperamos que a Justiça brasileira faça a sua parte •

O Aquífero Guarani



Nota da Redação

A Justiça Federal concedeu liminar, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Piauí, determinando a imediata suspensão de todos os atos referentes à exploração do gás xisto (gás não convencional) no bloco PN-T-597, na bacia do Parnaíba. O bloco foi leilado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na 12ª Rodada de Licitações.

Capa

Petrobrás faturou mais de R\$ 1 trilhão com refino de petróleo e não lucrou nada

Entre 2005 e 2012 as refinarias da Petrobrás tiveram uma receita de mais de R\$ 1 trilhão com venda de combustíveis e derivados, mas não tiveram lucro. O setor de abastecimento da companhia fechou o período com um prejuízo de mais de R\$ 32 bilhões. Os dados foram obtidos com base nos resultados trimestrais publicados no site da companhia.

Essas informações mostram que o lucro acumulado da estatal durante estes sete anos, que foi de mais de R\$ 200 bilhões, teve que vir de outras áreas, principalmente da gerência de Exploração e Produção, responsável pela descoberta de petróleo na camada pré-sal. No ano de 2012, por exemplo, as refinarias da Petrobrás não contribuíram com nada para o lucro de R\$ 21 bilhões e, devido à política de importação de derivados de petróleo imposta pelo governo, contabilizaram um prejuízo de quase R\$ 10 bilhões.

Os reflexos dessa política de importação de petróleo estão aparecendo no valor de mercado da Petrobrás. Se as estimativas de uma empresa de consultoria estiverem corretas, a estatal brasileira perdeu mais R\$ 40 bilhões em 2013. Numa comparação com os números já lançados nos balanços oficiais da companhia, é possível constatar uma queda de R\$ 36 bilhões no valor de mercado em 2012.

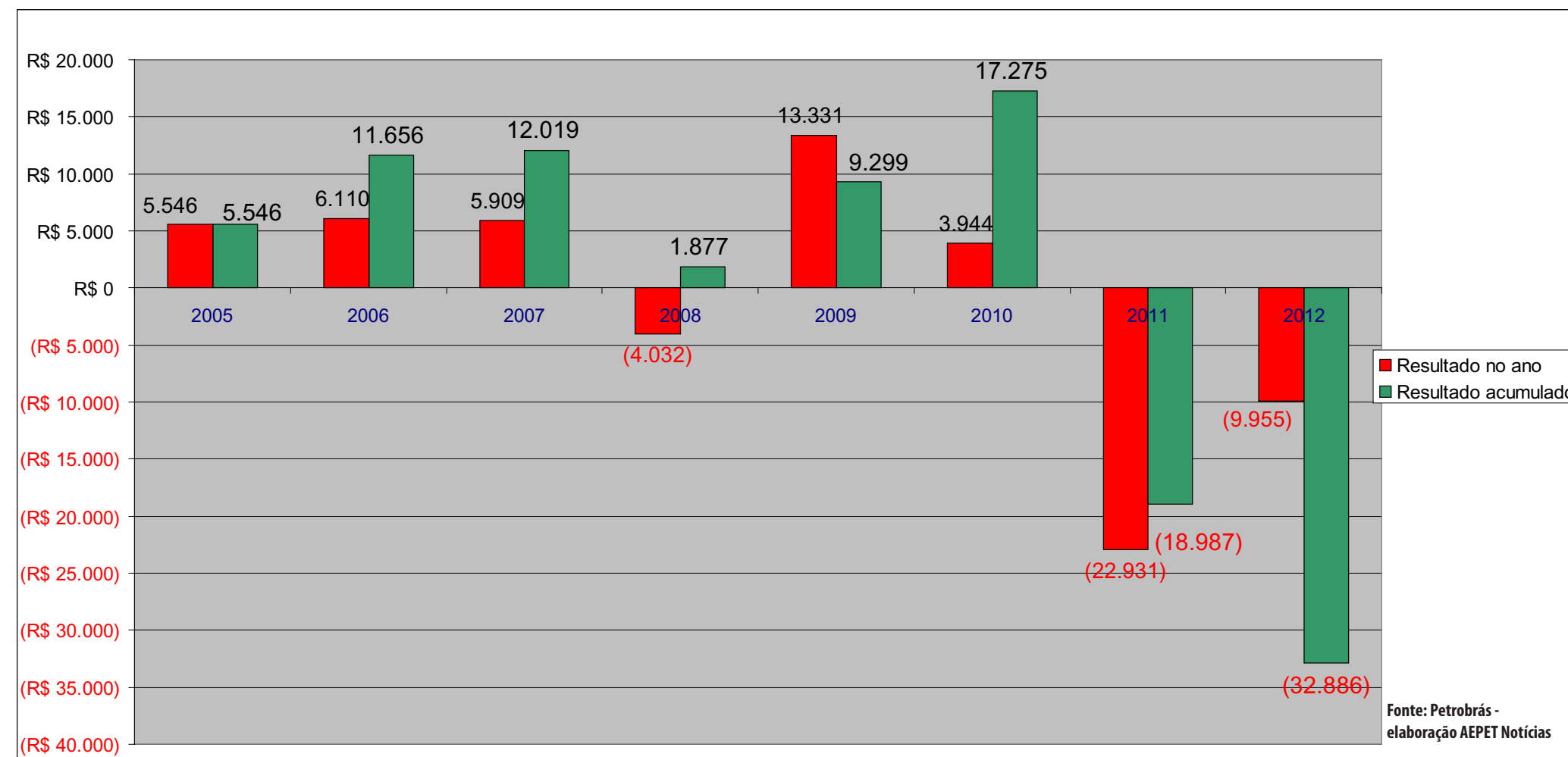
O presidente da AEPET, Silvio Sinedino, afirmou que as dificuldades financeiras da Petrobrás estão crescendo porque o governo insiste em deixar sobre os ombros da companhia a tarefa de subsidiar a gasolina para atender as empresas concorrentes. "Como se sabe, a partir da Lei 9478, a importação de derivados, dentre outras atividades, deixou de ser tarefa exclusivamente da Petrobrás. Então, por que a Petrobrás também é obrigada pelo governo petista a subsidiar os combustíveis repassados às demais distribuidoras como Shell, Esso, Repsol, Ultra, entre outras?", indagou.

Em números, isso significa que apesar de sua subsidiária, BR Distribuidora,

ter uma fatia de menos de 40% do mercado, segundo dados do Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom), a empresa é obrigada a subsidiar com seu fluxo de caixa, os outros 60%, que é composto quase que exclusivamente por empresas privadas.

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, destacou que as refinarias da Petrobrás são responsáveis por menos da metade do preço final da gasolina. Mas a companhia é obrigada a bancar todo o subsídio do preço do combustível. "Atualmente as refinarias da Petrobrás ficam com 35% da composição de preços do combustível. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos as refinarias têm uma fatia de 60% do valor. No nosso país, a carga tributá-

Resultado da área desabastecimento - milhões



ria desempenha papel fundamental no preço da gasolina que chega às bombas nos postos. Assim, porque o governo não abre mão de parte da arrecadação com impostos sobre derivados de petróleo se quer subsidiar a gasolina?", questionou Siqueira.



Para Adhemar Mineiro governo deveria compensar Petrobrás

a capacidade de produção e refino da Petrobrás. A solução adotada foi importar quantidades crescentes de petróleo e derivados. O economista Adhemar Mineiro afirma que, por ser uma empresa estatal, uma das funções da Petrobrás é auxiliar na implantação das políticas públicas definidas pelo governo. Contudo o limite da atuação da companhia deve ser a preservação de sua saúde financeira. "O fato de a empresa ser pública faz com que ela seja instrumento estratégico para as políticas governamentais. A justificativa para existirem empresas estatais é exatamente essa: a empresa é instrumento de políticas públicas. Por isso é um absurdo avaliar a Petrobrás com os mesmos indicadores econômico-financeiros usados para as empresas privadas, até porque metade desse prejuízo que a empresa está acumulando é do próprio governo que é acionista majoritário. O limite para aplicação dessas políticas deve ser a saúde financeira da companhia. Por isso, deveria ser discutida uma política de compensação da Petrobrás por parte do governo, que pode ser a conta petróleo, como foi feito no passado, ou até créditos junto ao BNDES, por exemplo", avaliou.

Procurada para comentar o assunto, a Petrobrás não se manifestou até o fechamento desta edição.

Queda de braço entre Petrobrás e Governo

Em setembro de 2013, a Petrobrás chegou a anunciar uma fórmula automática de aumento de preços dos derivados de petróleo. A expectativa da direção da companhia era corrigir gradativamente as distorções de acordo com variáveis de mercado que incidem diretamente sobre o preço dos combustíveis. Mesmo depois de a estatal ter anunciado publicamente os princípios da nova metodologia, o Palácio do Planalto vetou a decisão.

A nova fórmula autorizada pelo governo não é automática: sua aplicação depende do poder discricionário do conselho de administração da Petrobrás,

composto majoritariamente por membros do governo, e presidido pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. A interferência política levou a gasolina a ser reajustada em 4% e o diesel em 8% em dezembro, valores abaixo do esperado que fizeram as ações da Petrobrás caírem 10% no dia do anúncio. Segundo dados revelados pela própria companhia, a defasagem em relação ao mercado internacional após o reajuste ainda era de 18% para o diesel e 14% para a gasolina, no dia que o reajuste passou a vigorar.

O AEPET Notícias decidiu não utilizar os dados do balanço de 2013 da Petrobrás porque ainda não são conhecidos os números de todo o exercício. Contudo, os dados referentes ao terceiro trimestre de 2013 mostram que a ten-



Siqueira avaliou que governo deveria bancar parte dos subsídios

dência de prejuízo na gerência de Abastecimento permanece inalterada. Entre julho e setembro de 2013 a Petrobrás teve um prejuízo de R\$ 5,5 bilhões no setor. Desempenho que vai agravar ainda mais o quadro deixado no segundo trimestre quando o prejuízo foi de R\$ 2,5 bilhões ●



Graça Foster perdeu disputa por aumento automático da gasolina

—Entrevista—

‘Diretoria da Petros precisa explicar publicamente o investimento no Grupo Galileo’, afirma Brandão



Em entrevista ao AEPET Notícias, o conselheiro da Petros, Paulo Brandão, comentou diversos assuntos que preocupam os participantes do fundo, como as ações judiciais sobre níveis salariais. Ao falar sobre investimentos de risco, Brandão explicou que mais da metade do valor investido em debêntures do Grupo Galileo (proibido de oferecer serviços educacionais pelo Ministério da Educação) já foi pago, e, até o momento, não houve atrasos.

AEPET Notícias(AN): Quais as vantagens e os riscos que os participantes correm se aceitarem a medida proposta pela diretoria da Petros sobre as ações chamadas “de níveis salariais”?

Na última reunião do Conselho Deliberativo da Petros em 2013 foi aprovado pagar valores considerados incontroversos (aqueles que a Petros considera aceitáveis) em processos judiciais cujo objeto é a correção do valor do benefício pago a assistido, com base no que determina o artigo 41 do Regulamento do Plano e da Resolução 32B, ou seja: na concessão de níveis, nas ações transitadas em julgado, com decisão favorável aos assistidos e em fase de execução.

São cerca de 900 ações em fase de execução, cujo objeto seja “níveis” concedidos pelos Acordos Coletivos da Petrobrás 2004, 2005 e 2006, os quais montam o valor de aproximadamente R\$ 150 milhões.

Cada assistido pode e deve consultar seu advogado, sobre essa decisão. Isso pode ser vantajoso para alguns.

Por essa razão não havia motivo para os conselheiros eleitos serem contrários à proposta. Mesmo porque a ação continuará até que o restante do pagamento do valor retroativo corrigido, correspondente à decisão do juiz, seja efetivado.

AN: O senhor acha que existe uma possibilidade de a Petros acabar negando aos demais um direito que deveria ser de todos?

Sim, anos atrás em conjunto com o falecido companheiro de Conselho Deliberativo - Yvan Barretto de Carvalho, apresentei proposta com objetivo de eliminar as postergações das execuções das decisões do TST (Tribunal Superior do Trabalho) sobre as ações promovidas pelos participantes e para que fossem as mesmas decisões estendidas administrativamente a todos aqueles com os mesmos direitos, mas que não demandaram em juízo.

O processo foi instruído pela diretoria da Petros, que indicou que tal providência causaria impacto atuarial elevado. Como este seria bancado pelas patrocinadoras em razão do inciso

IX do artigo 48 do RPB, foi retirado de pauta com voto de 4 x 2, porque, na ocasião, o Conselheiro Paulo César, representante da FUP votou com os representantes da Petrobrás.

Agora a direção da Petros propõe promover acordo relativo ao óbvio que é o cumprimento das execuções das ações judiciais que obrigam à Petros cumprir o que determina o próprio Regulamento e a Resolução 32B.

Recentemente, em decorrência de mobilização dos assistidos promovida pela Federação Nacional dos Petroleiros - FNP, sob a coordenação do Sindipetro RJ, gerou decisão da presidente da Petrobras, criando um GT para analisar várias questões não contempladas no ACT. Tive a oportunidade de participar representando a FENASPE de reuniões em que foi debatido o relatório do GT na presença de seus componentes e está ocorrendo esta questão da extensão aos demais assistidos da correção dos benefícios conquistada nas ações judiciais e que se inclua as ações referentes à RMNR. O relatório do GT, entre-

tanto, foi uma decepção para todos nós. Não contempla este pleito que é básico: o direito a esta reposição deveria ser de todos os aposentados e pensionistas. E a Petrobrás, através deste relatório se recusa a admitir.

AN: Como o senhor encara a questão da paridade de gestão nos fundos de pensão e na Petros em particular?

Em novembro de 2013 participei de uma audiência pública no Senado Federal sobre previdência complementar. Na ocasião, afirmei que a condução das votações e decisões do Conselho Deliberativo da Petros descumpra a obrigação de paridade de gestão entre representantes da patrocinadora e dos participantes, que é uma garantia constitucional. A nossa Carta Magna, através da Emenda Constitucional nº 20, trouxe a obrigatoriedade da paridade de gestão nos três níveis dos colegiados das entidades de previdência complementar patrocinadas por empresas estatais. No entanto, as Leis Complementares 108 e 109 só regulamentaram a participação no conselho deliberativo e no conselho fiscal. Algumas entidades, como a Previ e a Funcef, estenderam o direito para suas diretorias. Na Petros, embora nós tenhamos aprovado há cerca de três anos por unanimidade de votos uma alteração no estatuto para que isso seja efetivado, até hoje a eleição de diretores representantes dos participantes não aconteceu, porque a Petrobrás está retendo a remessa dessa decisão para a PREVIC.

AN: O senhor considera que a eleição de representantes dos participantes para a direção da Petros asseguraria a paridade na gestão?

Não totalmente, embora fundamental, a eleição de representantes dos participantes para a direção por si só não adianta. É preciso que se faça um disciplinamento do poder de “voto de qualidade”, ou de desempate, dos presidentes, principalmente do Conselho Deliberativo. Se o presidente do Conselho Deliberativo continuar tendo o poder de desempatar as votações sobre qualquer tema, a patrocinadora terá sempre o domínio total da instituição e o participante torna-se mero espectador. Todas as propostas dos conse-

lheiros deliberativos eleitos da Petros não entram na ou são tiradas de pauta, por decisão monocrática do presidente indicado pela patrocinadora, ou são reprovadas e, assim, a patrocinadora faz o que quer, com a omissão da chamada “autoridade governamental competente”.

Eu disse isso lá no Senado na presença da própria dita autoridade governamental competente representada pelo Diretor Superintendente da PREVIC, transmitido ao vivo pela TV Senado. E mais disse que o Presidente do Conselho Deliberativo da Petros não deveria poder exercer o voto de Minerva, principalmente, nos casos de

“A retirada de patrocínio é uma agressão aos direitos dos participantes

alteração do estatuto e alteração de regulamento. Caso contrário, a patrocinadora Petrobrás faz o que quer: fecha plano, delimita plano, divide plano, faz cisão de plano. Por isso, é da maior importância que o participante tenha condições de participar da gestão do fundo que lhe pertence em igualdade de condições com a patrocinadora, do contrário às decisões são tomadas de maneira monocrática em prejuízo daqueles que são os donos dos fundos de pensão, seus participantes.

AN: Durante a audiência pública no Senado, o senhor afirmou que a retirada do patrocínio que é uma “agressão aos participantes”. O que isso significa?

A Fenasp e os conselheiros da Petros, eleitos pelos participantes por indicação do CDPP, estão muito preocupados com a retirada de patrocínio. Essa é uma agressão aos participantes que acreditaram e investiram nos Planos administrados pela Petros

e não veem o patrocinador cumprir os compromissos firmados. O patrocinador deve ter o direito de retirar o patrocínio. Mas o patrocinador só deve poder retirar o patrocínio a partir da data que solicita o fim do contrato, não pode cancelar compromissos assumidos anteriormente à data de solicitação da retirada. Se for feito de outra maneira, o participante, por exemplo, contrata num plano de benefícios definido e quando há a retirada de patrocínio ele é jogado num plano de contribuição definida. Todo mundo sabe que o seguro coletivo é uma coisa, seguro individual é outra e o valor individual que ele tem teoricamente no

fundo coletivo não cobre o benefício o que ele tinha direito nesse plano, em um de benefícios definido no qual é levado, com a convivência legal da “Autoridade Governamental Competente” que foi criada para defender o direito do cidadão participante e principalmente assistido em gozo de seus direitos adquiridos.

AN: Quais as medidas que foram tomadas pela Petros?

Segunda a Diretoria da Petros, dentro da estratégia de monitorar os créditos constantes em sua carteira, em virtude de rumores, no final do ano passado sobre a situação da Gama Filho (UGF), solicitou uma assembleia geral de debenturistas. Esta foi realizada no dia 29 de novembro do ano passado com os objetivos de: realizar a antecipação do pagamento previsto para dezembro de 2013; alterar o agente de cobrança, passando do Banco Mercantil para o Banco Bradesco; e contratar um auditor para realizar due diligence nos contratos cedidos à operação. Todos estes itens foram aprovados, tendo a Petros recebido o montante de R\$ 6,6 milhões antes do seu vencimento contratual. E após o Ministério da Educação declarar o descredenciamento da UGF para exercer as atividades educacionais foi enviada à empresa uma notificação extrajudicial solicitando esclarecimentos e as medidas para reverter a situação, sob pena de vencimento antecipado da debênture.

Tenho proposto como conselheiro eleito que é fundamental a Diretoria da Petros vir a público informar o que de verdade ocorreu com investimentos como este e os efetuados em bancos que faliram ou estão sob intervenção ou em processo de liquidação pelo Banco Central ●

Ainda segundo a Diretoria da Petros, a emissão teve como objetivo principal sustentar o progra-

ma de transferência de mantenedor e aquisição da totalidade dos ativos de propriedade da SUGF (Sociedade Universitária Gama Filho). A operação conta com garantia de recebíveis oriundos das mensalidades pagas pelos alunos do curso de medicina, curso de menos inadimplência. Esses recursos circulam, mensalmente, por uma conta vinculada à operação, onde é retido o equivalente a 1/12 do valor da próxima parcela anual.

AN: Os conselheiros eleitos aprovaram este investimento?

Toda esta operação ao ser analisada no Comin (Comitê de Investimentos) não foi aprovada pelo nosso representante na época em que foi avaliada. Este investimento, pelo seu montante, não foi apreciado no conselho deliberativo da Entidade.

AN: Quais as medidas que foram tomadas pela Petros?

Segunda a Diretoria da Petros, dentro da estratégia de monitorar os créditos constantes em sua carteira, em virtude de rumores, no final do ano passado sobre a situação da Gama Filho (UGF), solicitou uma assembleia geral de debenturistas. Esta foi realizada no dia 29 de novembro do ano passado com os objetivos de: realizar a antecipação do pagamento previsto para dezembro de 2013; alterar o agente de cobrança, passando do Banco Mercantil para o Banco Bradesco; e contratar um auditor para realizar due diligence nos contratos cedidos à operação. Todos estes itens foram aprovados, tendo a Petros recebido o montante de R\$ 6,6 milhões antes do seu vencimento contratual. E após o Ministério da Educação declarar o descredenciamento da UGF para exercer as atividades educacionais foi enviada à empresa uma notificação extrajudicial solicitando esclarecimentos e as medidas para reverter a situação, sob pena de vencimento antecipado da debênture.

Faixa Livre estréia na Rádio Livre

Para o presidente da AEPET, o programa busca um debate plural

Depois de completar 19 anos de criação, o Faixa Livre realiza grandes transformações. Desde fevereiro o programa mudou-se para a Rádio Livre 1440 AM, das 9 horas às 10h30m. Além disso, o Faixa Livre passou a ser transmitido ao vivo pela internet e acaba de ganhar uma página no facebook para ampliar a interatividade com seus ouvintes. Animada com a reformulação, a equipe garante que uma característica, no entanto, nunca mudará: o compromisso com um país mais justo, democrático e soberano.

O atual âncora do programa, Paulo Passarinho, lembra que o Faixa Livre surgiu como uma iniciativa da esquerda frente ao aprofundamento do neoliberalismo, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Para ele, o Faixa Livre sempre procurou estabelecer uma visão crítica às políticas públicas implantadas pelo governo desde então. “Nós procuramos oferecer um painel crítico diário às políticas que vêm sendo implantadas no Brasil desde os anos 90. Estamos vivendo um ciclo que começou com a eleição do Collor no plano político, e com a renegociação da dívida externa, no plano econômico. Por isso, a maior contribuição a que o Faixa Livre se propõe é essa análise que o programa faz sobre as diversas políticas e governos que vêm implementando um modelo econômico para os bancos e multinacionais. É um painel bastante variado com comentaristas e colaboradores de muito boa qualificação do ponto de vista político e acadêmico”, declarou.

Manter esse viés crítico é uma das principais metas do Faixa Livre, segundo Passarinho. Ele argumenta que manter a independência é parte da missão do programa. Houve um afastamento de sindicatos e figuras públicas importantes que não aceitaram opiniões divergentes quanto às medidas implementadas pelo PT desde 2002. “Nós tentamos manter sempre uma linha

crítica ao neoliberalismo. Nesse sentido não havia como mudar de posição em relação ao que veio a ser realizado pelos governos pós-2002 na área econômica, na área do petróleo, na área da reforma agrária, agrícola etc. Por isso, deixávamos claro que não tínhamos nenhum compromisso com o governo, apesar de uma expectativa positiva. Devido a essa postura, percebemos um afastamento de entidades e personalidades ligadas ao lulismo, que romperam conosco”, declarou.

A AEPET é uma das entidades que patrocina o Faixa Livre. Para o presidente da associação, Silvio Sinedino, a recusa de algumas instituições, entidades de classe e personalidades públicas em participar do Faixa Livre fragiliza o debate. “Lamentamos o afastamento de lideranças políticas importantes do Faixa Livre. Gostaríamos que as discussões fossem travadas da forma mais plural possível. O sectarismo e a dificuldade de ouvir críticas e opiniões diferentes empobrece o programa.”, afirmou Sinedino.

Sandra Priori, uma das produtoras do programa, junto com Celeste Cintra, faz coro com Passarinho, destaca a autonomia do Faixa Livre e ressalta que o grande objetivo das mudanças é difundir-lo ainda mais e possibilitar que pessoas de todas as regiões do país possam ouvir e participar. “O programa não tem rabo preso com ninguém, então nós temos a liberdade de colocar o convidado em xeque. Nem tudo o que a grande mídia dá a gente reproduz. Nossa fonte de informação não é apenas a grande mídia, por isso somos diferentes. Agora, com o programa ao vivo na internet vamos ter uma abrangência muito maior e isso pode ser comprovado no facebook: em três dias na rede social tivemos 865 visualizações. Pra gente esse é um salto muito grande, já que na nossa homepage tradicional não passávamos de 100 visitas diárias. A partir da criação do perfil na

rede social, o acesso à nossa página e a participação do ouvinte pelo telefone também aumentaram. Nossa expectativa agora com a transmissão pela internet é alcançar o Brasil todo”, animou-se.

Para Celeste Cintra, as mudanças são positivas e não afetam em nada a linha editorial do Faixa Livre. “A grande marca do Faixa Livre é mostrar um lado das notícias que outros programas não mostram. Nós aprofundamos as análises e entrevistamos pessoas que não teriam o mesmo espaço em outros lugares.

Morador há 44 anos da localidade de Jardim Palmares (Zona oeste do Rio), o aposentado Robert Pereira Tavares, de 75 anos, lembrou o apoio que o Faixa Livre deu na luta contra a instalação de um aterro sanitário planejado para o local durante o primeiro mandato do ex-prefeito César Maia(1993-97). “O César Maia tentou instalar um lixão aqui no Jardim Palmares, o que é inviável porque é uma área residencial. O aterro precisaria ficar, no mínimo, a cinco quilômetros daqui. Nessa época a população se mobilizou contra o projeto, mas a grande mídia não mostrava nossos problemas. Foi o programa Faixa Livre quem mais divulgou nossa luta. Ao acompanhar o programa eu ficava sabendo de mais gente que estava contra a vinda do lixão”, contou.



Paulo Passarinho comemora a transmissão pela internet

Serviço:

Ouça o Faixa Livre de segunda a sexta, às 9 h, na Rádio Livre AM 1440 kHz. Curta também a página no Facebook e participe do programa. Escute o programa ao vivo pela internet entrando na página da AEPET(www.aepet.org.br) e clicando no link de transmissão. Você também pode ouvir programa na página da Rádio Livre (www.radio-livream.com.br) ●

Pesquisa vai mapear audiência do Faixa Livre

A AEPET está lançando uma pesquisa para saber a opinião dos ouvintes sobre o Faixa Livre. O objetivo é aproximar ainda mais o programa do público. O questionário pode ser respondido pela internet, acessando o site da AEPET, ou enviando gratuitamente pelo correio a versão impressa que está encartada neste AEPET Notícias.

Para o diretor de comunicação da AEPET, Ronaldo Tedesco, a pesquisa ajudará a conhecer e atender as demandas dos ouvintes. “O Faixa Livre está 19 anos no ar. Nós queremos nos aperfeiçoar ainda mais. Por isso, é importante conhecer melhor o nosso ouvinte e o que ele pensa do programa”, explicou.